

## LITERATURA E LOUCURA

Na década de setenta, quando eu era estudante na Universidade de Buenos Aires, havia uma concepção romântica da loucura, inspirada na anti-psiquiatria de Laing e Cooper; na teoria da esquizofrenia como um ruído na comunicação, de Bateson e, também, nos trabalhos de integração do louco à sociedade comandados por Pichon-Rivière. Artaud era o ícone e o porta-bandeira desta concepção, com seu *Van Gogh, o suicidado pela sociedade* e *O Pesa-nervos*. Ele era uma versão mais moderna do Presidente Schreber, cujo *Memórias de um doente dos nervos* seria o fundamento da teoria freudiana da psicose. Era a época da abertura dos hospícios, da reintegração do louco à sociedade, cuja segregação histórica tinha sido demonstrada por Foucault e da crítica não só do sistema asilar como de toda a psiquiatria clássica. É neste clima que começa a se falar de arte psicótica e a promover e valorizar as obras de doentes mentais que passaram a ser tratados como autores. Toda época tem seus heróis marginais, os da década de setenta eram os loucos.

Eu não concordo com a idéia de que haja arte na loucura em si. Alguns artistas talentosos eram loucos, mas seu talento não se deve à loucura. Haveria antes que concluir que fazem arte apesar da doença, não graças a ela. A idéia de que os remédios ou a psicoterapia matam a

criatividade junto com o delírio não passa de uma fantasia inspirada naquela idealização. Virginia Wolff não escreve como escreve devido à psicose maníaco-depressiva que terminou levando-a ao suicídio. Certo que as vivências da sua doença entravam na sua escrita com maior ou menor lucidez. Podemos eventualmente pensar, e aqui começam as águas escuras do abismo teórico e clínico da sublimação, no qual preferiria não mergulhar hoje, podemos até pensar, dizia, que o fato de saber escrever tenha um papel importante no modo como ela lida com os seus poços de desespero, mas não são estes que se transmutam magicamente em obras. Não foi a brutal lucidez sobre seu narcisismo mortífero, que salta aos olhos em todos seus romances, fortemente autobiográficos (sobretudo em *Confissões de uma máscara*), que impediu o suicídio público de Mishima numa paródia tragicômica de ato samurai, transformado à sua revelia numa sátira involuntária da solenidade ritual que pretendia restaurar. A pergunta que nos fazíamos, a respeito de Mishima, naquela época, era precisamente por que o dom da escritura e a lucidez sobre seu sintoma não ajudaram o escritor a evitar aquele suicídio patético.

No assunto que nos ocupa, a literatura, convém distinguir, portanto, a psicose no texto, o texto psicótico e o autor psicótico.

Para nos aproximarmos desta distinção, vejamos um exemplo eminente. O de James Joyce, tido canonicamente como um dos maiores autores do século XX (cuja esperança explícita era provocar o espanto

dos críticos durante cem anos, mas cujo resultado pode ter significado o duvidoso privilégio de gerar em todo mundo a opinião de “não li e adorei”). Joyce viu na psicanálise um modo de narrar, uma possibilidade de construção formal. Conhecia bem os livros em que Freud apresentava o inconsciente ao mundo científico e a sua presença é visível na trama de *Ulysses* e do *Finnegan's Wake*. Na trama da escrita, não nos temas. Não se tratava, para Joyce, de refinar a caracterização psicológica das personagens, como Dostoievski fazia, mas de executar uma modalidade de contar a história inspirada no funcionamento do inconsciente, que o método freudiano se esforçara por trazer à tona e dele tirar partido para, precisamente, curar a doença mental. Joyce percebeu, então, que havia ali modos de narrar; que na construção de uma narração, o sistema de relações não precisa obedecer a uma lógica linear. Quando perguntado pela sua relação com Freud ele respondia: “Joyce em alemão é Freud” De fato, ambos termos querem dizer “alegria”. Ou seja, faço o mesmo que ele, de outra maneira.

Joyce tinha uma filha chamada Lucia. Acontece que Lucia Joyce era psicótica, morreu internada numa clínica suíça em 1962. Joyce nunca quis admitir que sua filha era doente e sempre a tratou como se não fosse. Ele se decide, contudo, mas por iniciativa dos outros, a consultar Jung —moravam na Suíça, na época—, que tinha escrito um ensaio sobre seu *Ulysses*. Joyce mostrou os textos de Lucia para Jung —ela também escrevia—, e disse: “Veja, o que ela escreve é a mesma coisa

que eu escrevo” –ele estava escrevendo *Finnegan’s Wake*. E o *Finnegan’s* pode perfeitamente caracterizar-se como um texto psicótico: fragmentado, sem sentido, saturado de neologismos e de uma estrutura absolutamente atomizada, como um quebra-cabeça desmontado. “Só que, onde o Sr nada, ela se afoga”, respondeu Jung. É isso, ali onde Joyce brinca com o cristal da língua, à sua maneira e para seu prazer, ela às duras penas tenta amarrar os cacos de um psiquismo em frangalhos, para estancar a angústia e o terror. Num caso, há um autor que inventa um texto psicótico, com método e por escolha. No outro, uma pessoa que nada escolhe e se vê levada, sem alternativa, a produzir um arremedo de laço com o mundo, mediante um texto que, na melhor das hipóteses, é uma ponte frágil, em equilíbrio instável, para o próprio psiquismo do escritor não desabar definitivamente. Parece ser autor do que escreve, mas sem verdadeiramente sê-lo. No caso das memórias do juiz Schreber, temos um escritor clinicamente psicótico escrevendo um texto perfeitamente linear para contar um delírio, tratado como testemunho da realidade objetiva. O livro é formalmente clássico, “normal”, digamos. O assunto, o conteúdo, é louco, a forma, não.

Outra coisa, ainda, é a psicose *no* texto, como tema. *Moby Dick*, é menos um romance sobre a caçada de uma baléia que a construção literária da paranoia do capitão Ahab; *Bartleby, o escrivão*, é um esquizofrênico. Mas, nem Melville é um autor psicótico, nem a forma da sua escrita é louca.